

FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Termo de Referência 96/2026

Informações Básicas

|                    |                                                  |                            |                          |
|--------------------|--------------------------------------------------|----------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                             | Editado por                | Atualizado em            |
| 96/2026            | 154502-FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS | JOCIMAR ALBUQUERQUE DA LUZ | 25/09/2026 16:11 (v 0.4) |
| Status             | ASSINADO                                         |                            |                          |

Outras informações

|                                                                                          |                       |                         |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Categoria                                                                                | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação |                       | 23005.021495/2026-11    |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(23005.021495/2026-11)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de capacitação para **participação de 04 (quatro) servidores da Auditoria Interna da Universidade Federal da Grande Dourados – AUDIN/UFGD no 61º FONAItec – Fórum Nacional de Auditoria Interna**, promovido pela Associação Nacional dos Integrantes das Unidades de Auditoria Interna Governamental – Associação FONAI, a ser realizado na modalidade on-line, no período de 19 a 22 de outubro de 2026, com carga horária de 16 (dezesseis) horas, mediante a contratação de 03 (três) inscrições remuneradas, no valor individual de R\$ 360,00, e a concessão de 01 (uma) inscrição gratuita pela organização do evento:

| Item | Especificação                                                   | CATSER | Unidade   | Quantidade | Valor unitário | Valor total  |
|------|-----------------------------------------------------------------|--------|-----------|------------|----------------|--------------|
| 1    | Inscrição no 61º FONAItec – Fórum Nacional de Auditoria Interna |        | inscrição | 3          | R\$ 360,00     | R\$ 1.080,00 |

1.2. Características do evento: o **61º FONAItec – Fórum Nacional de Auditoria Interna** será realizado no período de 19 a 22 de outubro de 2026, em formato on-line e ao vivo, com carga horária total de 16 (dezesseis) horas.

1.3. A contratação compreenderá 03 (três) inscrições remuneradas, no valor individual de R\$ 360,00, totalizando R\$ 1.080,00, sendo concedida pela organização do evento 01 (uma) inscrição gratuitamente, possibilitando a participação de 04 (quatro) servidores da AUDIN/UFGD.

1.4. A contratação será realizada por **inexigibilidade de licitação**, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão da contratação de serviço técnico especializado de treinamento e

aperfeiçoamento de pessoal, observada a documentação constante dos autos quanto à caracterização da solução, à exclusividade relacionada ao evento e à especialização da entidade responsável por sua realização e comercialização.

1.5. Considerando o valor da contratação e o procedimento adotado pela Administração, a formalização da contratação ocorrerá por meio de instrumento substitutivo ao contrato, na forma admitida pela legislação aplicável e conforme orientação da unidade competente.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. **A Auditoria Interna da Universidade Federal da Grande Dourados – AUDIN/UFGD** exerce atividades de avaliação e consultoria destinadas ao aprimoramento da governança, da gestão de riscos, dos controles internos e dos processos institucionais, demandando, para o adequado desempenho de suas atribuições, a atualização contínua dos conhecimentos técnicos, metodologias e boas práticas aplicáveis à auditoria interna governamental.

2.2. A contratação está alinhada ao Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2026, que contempla ações de desenvolvimento institucional e capacitação da equipe da Auditoria Interna.

2.3. **A participação no 61º FONAITec apresenta aderência às necessidades de capacitação da AUDIN**, especialmente em razão dos temas previstos na programação, relacionados à evolução da atividade de auditoria interna, inteligência artificial aplicada à auditoria, utilização de variáveis críticas de risco no planejamento dos trabalhos, maturidade e qualidade da auditoria interna, fiscalização do Tribunal de Contas da União, governança, resiliência e colaboração entre Auditoria e Gestão.

2.4. A programação prevê quatro tardes de capacitação, totalizando 16 (dezesesseis) horas, proporcionando aos quatro servidores participantes atualização de conhecimentos aplicáveis diretamente aos trabalhos de avaliação e consultoria desenvolvidos pela AUDIN.

2.5. O PAINT/2026 prevê 200 horas de capacitação para a equipe da Auditoria Interna. A participação dos quatro servidores no evento proporcionará 16 horas de capacitação por servidor, totalizando 64 horas para a equipe, contribuindo para o cumprimento da programação de capacitação estabelecida no Plano.

2.6. O formato on-line e ao vivo permite a participação dos servidores sem necessidade de despesas com passagens, hospedagem e deslocamento.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução consiste na **participação de 04 (quatro) servidores da AUDIN/UFGD no 61º FONAITec – Fórum Nacional de Auditoria Interna, mediante 03 (três) inscrições remuneradas e 01 (uma) inscrição gratuita, concedida pela organização do evento.**

3.2. O evento será realizado no período de 19 a 22 de outubro de 2026, na modalidade on-line e ao vivo, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas.

3.3. A inscrição contempla a participação nas atividades do evento, interação com os palestrantes, acesso às gravações e materiais disponibilizados pela organização e emissão de certificado de participação, conforme documentação constante dos autos.

3.4. A solução atende integralmente à necessidade identificada pela AUDIN, não sendo necessárias contratações complementares de transporte, hospedagem, alimentação ou outros serviços acessórios.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. O serviço a ser contratado possui natureza não continuada, de caráter pontual, vinculado à realização de evento específico de capacitação.**

4.2. A contratação não envolve alocação de mão de obra pela Contratada, nem haverá geração de vínculo empregatício entre os representantes da Contratada e a Administração.

4.3. A solução deverá assegurar a participação dos 04 (quatro) servidores indicados pela AUDIN/UFGD no 61º FONAITec, mediante as 03 (três) inscrições remuneradas e 01 (uma) inscrição gratuita.

4.4. A Contratada deverá disponibilizar o acesso às atividades do evento durante todo o período programado, bem como os materiais, gravações e certificados previstos pela organização.

4.5. A Contratada deverá comunicar à Contratante eventual alteração relevante na programação, datas, horários ou condições de realização do evento.

4.6. Não será exigida garantia da contratação, considerando a natureza pontual do objeto, seu baixo valor e a forma de formalização da contratação, conforme procedimento adotado pela Administração.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. O serviço será executado no período de 19 a 22 de outubro de 2026, conforme programação oficial do 61º FONAITec.**

5.2. O evento será realizado na modalidade on-line e ao vivo, com carga horária total de 16 (dezesesseis) horas, distribuídas em quatro tardes de capacitação.

5.3. A Contratada deverá disponibilizar aos participantes as condições necessárias para acesso às atividades do evento, bem como os materiais e gravações disponibilizados pela organização.

5.4. A inscrição de cada participante deverá permanecer válida durante todo o período do evento, assegurando sua participação nas atividades previstas na programação.

5.5. Ao final do evento, deverá ser disponibilizado certificado de participação aos servidores que cumprirem os requisitos estabelecidos pela organização.

5.6. A inscrição cuja comprovação consta dos autos como gratuita será considerada parte integrante da solução, sem geração de despesa adicional para a Administração.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, nos termos da legislação aplicável.**

**6.1.1. A fiscalização verificará, especialmente:**

- a) a disponibilização do acesso ao evento;
- b) a participação dos servidores nas atividades contratadas;
- c) o cumprimento da programação prevista;
- d) a disponibilização dos materiais e gravações, quando previstos;

- e) a emissão dos certificados; e
- f) eventual ocorrência de falhas ou irregularidades na execução.

**6.1.2. As ocorrências verificadas durante a execução serão registradas e comunicadas à autoridade competente, quando necessário.**

**6.1.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela adequada execução do objeto.**

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A medição do objeto será realizada mediante verificação da disponibilização do acesso ao evento e da efetiva realização da capacitação no período contratado, considerando-se o cumprimento da programação e das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**7.2. O objeto será recebido após a realização do evento, mediante ateste do responsável pelo acompanhamento da contratação, considerando a participação dos servidores e a disponibilização dos serviços e documentos previstos.**

7.3. O pagamento será efetuado após a execução do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura e ateste da execução pela Administração, observados os procedimentos e prazos estabelecidos pela UFGD.

7.4. Para fins de pagamento, deverão ser observadas as condições de regularidade fiscal e demais requisitos exigidos pela Administração.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a prática, pelo Contratado, de qualquer das seguintes condutas:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do objeto;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do objeto;

8.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;

8.1.6. praticar ato fraudulento na execução da contratação;

8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; ou

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas, observadas a natureza e a gravidade da conduta, as circunstâncias do caso concreto e os demais critérios previstos na legislação, as seguintes sanções:

8.2.1. advertência, quando se tratar de inexecução parcial do objeto que não cause grave dano à Administração e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas previstas nos subitens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas previstas nos subitens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como nas condutas previstas nos subitens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

8.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.4.4. os danos que dela provierem para a Administração; e

8.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

8.5. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observados os procedimentos e prazos estabelecidos na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. As notificações e comunicações relacionadas à apuração de infrações e à aplicação de sanções serão encaminhadas ao representante do Contratado e aos endereços eletrônicos informados no processo de contratação ou posteriormente comunicados à Administração.

8.7. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na legislação aplicável.

8.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, observadas as condições e os efeitos previstos na legislação aplicável.

8.10. Os casos omissos quanto às infrações e sanções administrativas serão regidos pelas disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis à contratação.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A seleção decorre da inviabilidade de competição relacionada à contratação do serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal objeto deste Termo de Referência, conforme documentação constante dos autos.

9.3. Consta dos autos declaração da Associação FONAI informando deter a exclusividade sobre o FONAItec – Fórum Nacional de Auditoria Interna Governamental, inclusive quanto à realização da 61ª edição do evento.

9.4. Consta, ainda, declaração da Associação FONAI acerca da singularidade e notória especialização relacionadas ao evento, informando sua exclusividade, direito de realização e comercialização do 61º FONAItec e sua finalidade específica de capacitação dos integrantes das Unidades de Auditoria Interna Governamental.

9.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.11 Habilitação Jurídica:

9.12. Ato constitutivo, estatuto ou documento equivalente da entidade, acompanhado de documento que comprove os poderes de representação de seu responsável legal.

9.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

9.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.13.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.13.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.13.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.13.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.13.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.13.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.080,00 (mil e oitenta reais), correspondente a 03 (três) inscrições, ao valor unitário de R\$ 360,00.

10.2. A participação de 01 (um) dos quatro servidores ocorrerá mediante inscrição gratuita concedida pela organização do evento, não gerando despesa para a Administração.

10.3. O valor da contratação encontra-se respaldado na documentação constante dos autos, inclusive na declaração da Associação FONAI acerca dos valores praticados e na comprovação da condição comercial obtida pela AUDIN.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão e assinatura da Nota de Empenho, conforme os procedimentos da Administração.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dourados MS, 25 de setembro de 2026

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024 [A2] )

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação será formalizada por meio de instrumento substitutivo ao contrato, mediante Nota de Empenho, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o valor da contratação e o procedimento adotado pela Administração.

1.2. O fornecedor deverá manifestar ciência e concordância com o instrumento substitutivo, com o Termo de Referência e com os demais documentos que integram o processo de contratação.

1.3. O aceite do instrumento substitutivo implica o reconhecimento de que:

1.3.1. o referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta, às condições estabelecidas no Termo de Referência e aos demais documentos integrantes do processo de contratação; e

1.3.3. o Contratado deverá cumprir integralmente as condições estabelecidas para a participação dos servidores da AUDIN/UFGD no 61º FONAItec.

2. VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

2.1. A vigência da contratação compreenderá o período necessário ao cumprimento integral das obrigações assumidas, abrangendo a efetivação das inscrições, a realização do evento e a disponibilização dos certificados e demais documentos previstos no Termo de Referência.

2.2. A execução do objeto ocorrerá conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto à realização do 61º FONAItec no período de **19 a 22 de outubro de 2026**, na modalidade on-line e ao vivo.

**2.3.** Considerando a natureza pontual da contratação, não haverá prorrogação ordinária da execução do evento, ressalvadas situações excepcionais decorrentes de alteração formal da programação pela organização do evento ou outras hipóteses admitidas pela legislação aplicável.

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**3.1.** São obrigações do Contratante:

**3.1.1.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

**3.1.2.** fornecer ao Contratado as informações necessárias à efetivação das inscrições dos servidores indicados pela AUDIN/UFGD;

**3.1.3.** acompanhar e fiscalizar a execução da contratação;

**3.1.4.** comunicar ao Contratado eventuais falhas, irregularidades ou dificuldades relacionadas à execução do objeto;

**3.1.5.** receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

**3.1.6.** efetuar o pagamento do valor devido após o cumprimento das condições estabelecidas para a execução do objeto, observados o ateste da Administração e os procedimentos da UFGD;

**3.1.7.** aplicar ao Contratado as sanções previstas na legislação e no Termo de Referência, quando cabíveis;

**3.1.8.** prestar as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução da contratação; e

**3.1.9.** comunicar ao Contratado eventual alteração relevante na programação, nas datas, nos horários ou nas condições de realização do evento, tão logo tenha conhecimento.

### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**4.1.** São obrigações do Contratado:

**4.1.1.** efetivar as 03 (três) inscrições remuneradas dos servidores indicados pela AUDIN/UFGD para participação no 61º FONAITec;

**4.1.2.** assegurar, nas condições estabelecidas pela organização do evento, a participação dos 04 (quatro) servidores da AUDIN/UFGD, considerando as 03 (três) inscrições remuneradas e a 01 (uma) inscrição gratuita concedida pela organização;

**4.1.3.** disponibilizar aos participantes os meios necessários para acesso ao evento on-line durante todo o período programado;

**4.1.4.** disponibilizar os materiais, gravações e demais conteúdos previstos pela organização do evento, quando integrantes das condições da inscrição;

**4.1.5.** disponibilizar certificado de participação aos servidores que cumprirem os requisitos estabelecidos pela organização do evento;

**4.1.6.** comunicar previamente ao Contratante qualquer alteração relevante na programação, nas datas, nos horários, na modalidade ou nas condições de realização do evento;

**4.1.7.** prestar suporte e adotar as providências necessárias para solucionar eventuais problemas relacionados ao acesso dos participantes às atividades contratadas;

**4.1.8.** manter, durante a execução da contratação, as condições de habilitação e regularidade exigidas para a contratação direta, quando aplicáveis;

**4.1.9.** atender às determinações regulares do responsável pelo acompanhamento da contratação e prestar os esclarecimentos e informações solicitados;

**4.1.10.** responsabilizar-se pela adequada execução dos serviços objeto da contratação, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e na documentação apresentada no processo;

**4.1.11.** comunicar imediatamente ao Contratante qualquer circunstância que possa comprometer a realização do evento ou a participação dos servidores inscritos;

**4.1.12.** observar a legislação aplicável à execução do objeto, inclusive as disposições relativas à proteção de dados pessoais; e

**4.1.13.** responder pelos danos que comprovadamente causar à Administração em decorrência de ação ou omissão relacionada à execução da contratação, sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Contratante.

## **5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**5.1.** As partes deverão observar a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto aos dados pessoais tratados em razão da contratação.

**5.2.** O Contratado deverá utilizar os dados pessoais dos servidores participantes exclusivamente para as finalidades relacionadas à efetivação das inscrições, participação no evento, controle de presença, emissão de certificados e demais providências diretamente relacionadas à execução da contratação.

**5.3.** O Contratado deverá adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais tratados em razão da contratação contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**5.4.** O compartilhamento de dados pessoais com terceiros somente poderá ocorrer nas hipóteses permitidas pela legislação aplicável e quando necessário à execução do objeto.

**5.5.** O Contratado deverá comunicar ao Contratante, sem demora injustificada, eventual incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais tratados em razão da contratação, observadas as obrigações previstas na legislação aplicável.

**5.6.** Encerrada a finalidade do tratamento dos dados pessoais, o Contratado deverá observar as disposições da LGPD quanto à eliminação, conservação ou tratamento posterior dos dados, conforme o caso e as obrigações legais aplicáveis.

## **6. DA EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** A contratação será extinta após o cumprimento integral das obrigações assumidas pelas partes, especialmente a realização do evento, a disponibilização dos serviços contratados, dos certificados e demais documentos previstos, bem como o pagamento do valor devido.

**6.2.** A contratação poderá ser extinta antecipadamente nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021, assegurados, quando cabíveis, o contraditório e a ampla defesa.

**6.3.** Constituem, entre outras previstas em lei, hipóteses para extinção da contratação:

**6.3.1.** o descumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado;

**6.3.2.** a impossibilidade de realização do objeto nas condições estabelecidas, quando não houver solução adequada ou possibilidade de reprogramação admitida pela Administração;

**6.3.3.** a ocorrência de fato superveniente que impeça ou inviabilize a execução do objeto; ou

**6.3.4.** as demais hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.4.** A extinção da contratação não afasta a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos comprovadamente causados à Administração, quando decorrentes de sua conduta.

**7. DOS CASOS OMISSOS**

**7.1.** Os casos omissos serão solucionados de acordo com as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis à contratação, observadas as características e a natureza do objeto.

**8. ALTERAÇÕES**

**8.1.** Eventuais alterações da contratação observarão as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** As alterações deverão ser formalizadas pelo instrumento adequado, quando necessárias, observadas as hipóteses legalmente admitidas.

**8.3.** As alterações que não caracterizem modificação das condições essenciais da contratação poderão ser formalizadas na forma admitida pela legislação aplicável.

**9. FORO**

**9.1.** Fica definido o Foro da Justiça Federal em Dourados, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, para dirimir os litígios decorrentes da execução da contratação que não puderem ser solucionados por conciliação, nos termos da legislação aplicável.

**14. ANEXO II**

**ANEXO II**

**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]**

Por meio deste instrumento, ASSOCIACAO NACIONAL DOS INTEGRANTES DAS UNIDADES DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL ASSOCIACAO FONAI declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Inexigibilidade de Licitação nº XX /2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

**15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: conforme informações contidas no termo de referência e consignado nos autos

**JOCIMAR ALBUQUERQUE DA LUZ**

Chefe da Auditoria Interna



Assinou eletronicamente em 25/09/2026 às 16:11:49.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

**FOLHA DE ASSINATURAS**

---

*Emitido em 25/09/2026*

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 90/2026 - AUDIN (11.05.02) - AUDIN (11.05.02)**  
**(Nº do Processo: 23005.021495/2026-11)**

***(Assinado digitalmente em 25/09/2026 15:16 )***

**JOCIMAR ALBUQUERQUE DA LUZ**

*AUDITOR*

*AUDIN (11.05.02)*

*Matrícula: 3065346*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: **90**, ano: **2026**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **25/09/2026** e o código de verificação:  
**5d915541de**